

Número I
28 de agosto de
2020

BOLETIM COMISSÃO ESPECIAL SITUAÇÃO/BENCHMARKING

Este boletim sistematiza os dados levantados pela Comissão Especial Situação/Benchmarking criada pela PORTARIA 703 DE 23 DE JULHO DE 2020 e composta por: RENATO LUIS PINTO MIRANDA, JONAS AUGUSTO CARDOSO DA SILVEIRA, RITA DE CASSIA SOUTO MAIOR SIQUEIRA LIMA, MARIA BETÂNIA FERNANDES NETO, AILLA GABRIELLI COSTA SILVA, JAILTON SOUZA LIRA, JOSÉ ALEX CARVALHO DE FARIAS e GEINNY ISA BARBOSA OLIVEIRA.

Este boletim apresentará os dados das Dimensões Saúde, Acadêmica, Infraestrutura e Administrativa, e para os próximos serão inseridas as análises das dimensões Políticas Públicas, Comunicação e Gestão de Pessoas, além de outras temáticas que se fizerem pertinentes.

Dimensão Saúde

COVID-19 é a doença causada pelo novo coronavírus, denominado de SARS-CoV-2. A maioria das pessoas contaminadas pelo SARS-CoV-2 serão assintomáticas ou apresentarão poucos sintomas e com intensidade leve. A partir dos dados disponibilizados pela Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas (SESAU), 7% das pessoas com testes positivos (RT-PCR ou testes rápidos) apresentaram síndrome respiratória aguda grave (SRAG), quadro clínico mais grave, em que haverá necessidade de hospitalização; destas pessoas, 1 em cada três evoluíram para óbito. Neste cenário, é importante destacar que há uma potencial subnotificação de casos graves, como indicado pelo sistema Monitora COVID-19 da Fiocruz. No Brasil, entre a semana epidemiológica (SE) do início dos primeiros sintomas 08 a 33, 295.916 casos de SRAG por Covid-19 foram notificados no SIVEP-Gripe e dentre estes 104.065 (68%) casos de óbitos em consequência do agravamento da doença (16 de agosto de 2020). Os sinais da COVID-19 apresentam uma ampla gama de sintomas respiratórios, intestinais e, potencialmente, neurológicos. São considerados como sintomas mais frequentes: febre, tosse seca, dificuldade para respirar, dores no corpo, dores de cabeça, no peito, nos olhos, de garganta e muscular, fadiga, náusea, diarreia, perda do olfato e do paladar, coriza e nariz entupido.

A disseminação acontece de pessoa para pessoa, ou seja, a contaminação se dá por gotículas respiratórias ou contato. Qualquer pessoa que tenha contato próximo (a menos de 2 metros) com alguém com sintomas respiratórios está em risco de desenvolver a infecção, bem como se entrar em contato com superfícies que foram contaminadas. Não existe tratamento específico para infecções causadas pelo novo coronavírus. Em caso de COVID-19 é indicado repouso e consumo de bastante água, isolamento interno dos demais membros da família e o uso de remédios conforme prescrição médica para evitar agravamento do quadro.

O primeiro caso do novo coronavírus confirmado em Alagoas ocorreu em Maceió no dia 08 de março de 2020 e desde então até o dia 22 de agosto foram 75.857 casos confirmados e 78.099 descartados (152.938 testados) em todo o estado. Até o momento, o maior número de novos casos registrados em Alagoas ocorreu na 25ª SE (14 a 20/06/2020), quando foram realizadas 6.811 notificações. Após um período de declínio, observou-se um novo aumento na 31ª SE (26/07 a 01/08), quando foram notificados 6.262 novos casos de COVID-19; no entanto, nas semanas que se seguiram, o número de novos casos por SE voltou a diminuir, sendo o último registro de 3.394 casos (16 a 22/08/2020). No entanto, a incidência de novos casos nos últimos 14 dias, que antecederam o dia 27/08, ainda se mantém elevada, sendo Alagoas o



estado com a 4ª maior incidência (213,5 novos casos/100 mil hab.) na região Nordeste (213,4 casos/100 mil hab).

Após o rápido crescimento da doença na capital, iniciou-se o processo de interiorização dos casos, com distribuição gradativa para as regiões do litoral, agreste e sertão e atualmente atingiu praticamente todos os municípios (SESAU, elaborado por SEPLAG/AL, 22 de agosto de 2020). Atualmente, a 5ª (**Arapiraca**, Anadia, Boca da Mata, Campo Alegre, Junqueiro, Roteiro, São Miguel dos Campos, Teotônio Vilela) e a 9ª (**Santana do Ipanema**, Canapi, Carneiros, Dois Riachos, Maravilha, Monteirópolis, Olho D'Água das Flores, Olivença, Ouro Branco, Palestina, Pão de Açúcar, Poço das Trincheiras, São José da Tapera, Senador Rui Palmeira) regiões de saúde mostram-se críticas em relação à transmissão do novo coronavírus [em **negrito** estão as cidades com campus UFAL]. Ainda na capital, os bairros que apresentam maior incidência de casos são Jacintinho, Benedito Bentes e Tabuleiro dos Martins (SESAU, elaborado por SEPLAG/AL, 22 de agosto de 2020).

Quanto aos óbitos, no dia 30 de março de 2020, ocorreu a primeira morte por COVID-19 no Estado. Atualmente (24/08), a contagem total é de 1.827 óbitos, sendo a incidência de 54,7 eventos/100 mil habitantes. Este é o mesmo padrão observado em nível nacional, onde foram notificados 115.309 óbitos por COVID-19, representando uma taxa de incidência de 54,9 eventos/100 mil habitantes. Após o pico de novos óbitos registrados na 21ª SE (158 óbitos; 17/05 a 23/05/2020), observa-se uma tendência de diminuição a cada semana (SESAU, elaborado por SEPLAG/AL, 22 de agosto de 2020).

Com relação aos dados hospitalares o estado dispõe de 1.326 leitos exclusivos para tratar a Covid-19 sendo 994 leitos clínicos, 51 UTIs intermediárias e 281 UTIs. Se considerarmos apenas a população com co-morbidades como diabetes e hipertensão arterial, esse número de leitos é insuficiente diante de uma pandemia com potencial de disseminação elevada. Também é importante pontuar que os municípios que concentram o maior número de idosos (>60 anos) em percentual relativo do total da população (>11%) estão localizados no agreste e sertão do estado e a maioria deles não possui infraestrutura hospitalar necessário aos cuidados dos casos mais graves (SESAU, elaborado por SEPLAG/AL, 22 de agosto de 2020).

Atualmente, existem 85.478 testes disponíveis sendo 63.719 kits de amplificação de RT-PCR e 21.759 testes rápidos (SESAU, elaborado por SEPLAG/AL, 22 de agosto de 2020). A partir dos dados disponíveis no repositório "[Monitoramento do número de casos de COVID-19 no Brasil](#)", da SESAU e da projeção populacional do IBGE para 2019, observa-se que o quantitativo de testes realizados pelo estado (4.761 teste/100 mil habitantes) é inferior àquele realizado no Brasil (5.326 testes/100 mil habitantes) e que, entre julho e a primeira quinzena de agosto, o tempo médio para retorno dos exames RT-PCR foi superior a dois dias, conforme preconizado pela Organização Mundial de Saúde. Além disso, como de todos os testes realizados apenas 5% foram RT-PCR, há expressivas limitações no monitoramento em tempo real da disseminação da doença no estado.

Dimensão Acadêmica

A fim de contextualizar a dimensão acadêmica neste momento histórico em que estamos vivendo, foram levantados, pesquisados e mapeados diferentes posicionamentos e regulamentações de instituições federais de ensino superior brasileiras, em especial, da região do nordeste, tendo em vista a necessidade de disponibilizar informações que possam embasar as discussões e decisões das Comissões Especiais instituídas e do Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas.

Não se pode esquecer que, durante todo o período da pandemia, o trabalho nas universidades brasileiras continuou sendo desempenhado ininterruptamente, considerando o tripé de atuação: ensino, pesquisa e extensão. É importante destacar também que a modalidade remota intensifica o trabalho e se torna mais um desafio para a execução das atividades. Nesses últimos quatro meses, os servidores têm realizado inúmeras ações: participação em reuniões remotas, elaborações e acompanhamentos de documentos e processos, estruturação e preenchimentos de formulários, desenvolvimento e orientações de pesquisa, produção de artigos, planejamento e oferta de minicursos, *lives*, organização de debates públicos, promoção de eventos on line,



dentre outros. É preciso ainda observar que essas atividades são, por vezes, desenvolvidas em meio ao clima de tensão, ansiedade e estresse decorrentes da situação de isolamento e distanciamento social, nos ambientes residenciais vivenciados pelo risco da doença, pela presença de familiares em situação de saúde fragilizada, entre outros fatores.

Mesmo diante desse cenário complexo, as instituições de ensino públicas têm se debruçado sobre documentos, editais, iniciativas, estudos para assumir com responsabilidade atividades em situação remota, inclusive, as de formação, as quais precisam ser muito bem estruturadas, dadas, por exemplo, as dificuldades de parte dos discentes em ter equipamentos e acesso à internet.

No presente estudo, foram levantados e analisados dados, editais e informações de 18 instituições de ensino superior do nordeste do país:

UFAL (Universidade Federal de Alagoas)

UNEAL (Universidade Estadual de Alagoas)

UFBA (Universidade Federal da Bahia)

UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia)

UFCA (Universidade Federal do Cariri)

UFC (Universidade Federal do Ceará)

UFMA (Universidade Federal do Maranhão)

UFPB (Universidade Federal da Paraíba)

UFAPE (Universidade Federal do Agreste de Pernambuco)

UFPE (Universidade Federal de Pernambuco)

UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

UNIVASF (Universidade Federal do Vale do São Francisco)

UFDF (Universidade Federal do Delta do Parnaíba)

UFPI (Universidade Federal do Piauí)

UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

UFERSA (Universidade Federal Rural do Semi-Árido)

UFS (Universidade Federal de Sergipe)

Dentre as instituições pesquisadas no nordeste, a maioria optou pela modalidade de atividades suplementares com disciplinas obrigatórias e eletivas, outras pelo prosseguimento do semestre letivo, enquanto UFAL e UFS, até o presente, estão com os calendários acadêmicos suspensos e elaborando minutas de resolução para retomada das atividades de forma remota.

Sobre a opcionalidade ou obrigatoriedade

Nos editais publicados, um dos pontos destacados como base para o desenvolvimento da proposta é se o ensino remoto é facultativo, flexibilizado ou obrigatório aos docentes. Na maioria dos editais pesquisados, nota-se que fica facultado aos docentes a adesão ou não à

oferta do ensino remoto ou ainda há a possibilidade de o docente solicitar pedido de dispensa em situações de inviabilidade para a realização da atividade.

Sobre a assistência estudantil

Dentre as 23 IFES levantadas, 18 ofertaram editais e programas de assistência estudantil em meio a pandemia. Vale ressaltar que a EC 95 restringe o orçamento das universidades desde 2018, e que a PNAES (Política Nacional de Assistência Estudantil) também vem sofrendo cortes devido a emenda, mas que as instituições ainda assim conseguiram manter e até mesmo ampliar o programa.

Por questões orçamentárias ou por verbas conseguidas junto a PNAES, as instituições conseguiram ofertar diferentes modalidades de assistência aos discentes, a maioria se concentra no acesso a internet, permitindo que mais estudantes sejam incluídos digitalmente e consigam participar de atividades letivas online.

As iniciativas de inclusão digital aqui levantadas vão além do projeto do Ministério da Educação de oferta de pacote de dados, já que irá contemplar diversas IFES. Já outras universidades optaram pelo aumento dos valores pagos das modalidades já ofertadas (Bolsa alimentação, moradia, transporte e etc.), e em alguns casos há a ampliação do público atendido. Temos as seguintes modalidades de assistência estudantil ofertadas: auxílio para contratação de internet, empréstimo e/ou auxílio para aquisição de equipamento, novo edital de auxílio estudantil, reajuste das bolsas já ofertadas e reabertura do último edital.

Quadro I: Síntese das informações das instituições de ensino superior (IES) analisadas:

IES	Posicionamento	Obrigatoriedade/ Opcionalidade	Assistência Especial	Estudantil
UFAL	Em discussão	-	Novo edital	
UNEAL	Suplementar	Não encontrado	Não oferta	
UFBA	Suplementar	Obrigatoriedade I	Novo edital	
UFRB	Suplementar	Facultativo	Não oferta	
UFSB	Letivo	Não encontrado	Empréstimo	
UFCA	Suplementar	Facultativo	Contratação de internet e auxílio aquisição	
UFC	Letivo	Facultativo ²	Auxílio aquisição	
UFMA	Letivo	Obrigatoriedade	Contratação de internet, empréstimo, reabertura de edital	
UFPB	Suplementar	Facultativo	Novo edital e reajuste de valores	
UFAPE	Suplementar	Não encontrado	Não oferta	
UFPE	Suplementar	Facultativo	Auxílio aquisição e empréstimo	
UFRPE	Suplementar	Facultativo	Auxílio aquisição	
UNIVASF	Suplementar	Não encontrado	Não oferta	
UFDPAr	Suplementar	Não encontrado	Contratação de internet	
UFPI	Suplementar	Não encontrado	Contratação de internet	

UFRN	Letivo	Não explícita	Contratação de internet, novo edital e auxílio aquisição
UFERSA	Suplementar	Facultativo	Auxílio aquisição
UFS	Em discussão	-	Não oferta
Total:	Em discussão: 3 Suplementar: 12 Letivo: 4	Facultativo: 7 Obrigatoriedade: 2 Não explícita: 2 Não encontrado: 6 Sem informação: 2	Contratação de internet: 5 Novo edital/Reajuste: 4 Empréstimo/Aquisição: 8 Reabertura: 1 Não oferta: 5

Fonte: Dados disponibilizados pelas IES até dia 25 de agosto de 2020

1: A Obrigatoriedade na UFBA permite pedido de dispensa pelo docente

2: Facultativo, mas com flexibilização da carga horária de trabalho

Dimensão Infraestrutura

Compreendendo a dimensão de infraestrutura como sendo aquela responsável pelo benchmarking junto a outras universidades brasileiras e estrangeiras, procedimentos e protocolos referentes aos espaços e tecnologias, bem como o levantamento de necessidades e demandas sobre as obras necessárias às adequações que a universidade terá que passar para o retorno às aulas quando determinado.

Tratando especificamente do acesso a pacote de dados, a Universidade deve preocupar-se com o mapeamento da condição de acesso a internet dos docentes e discentes, porém esse dado só deve ser utilizado de forma contextualizada, levando em conta o espaço de aprendizagem, a qualidade e disponibilidade do equipamento hardware utilizado, sobrecarga de trabalho dos docentes e discentes na pandemia e as possíveis perdas na qualidade do ensino durante este período.

Assim, para este boletim, apresenta-se uma síntese da **Chamada pública realizada pelo MEC para contratação emergencial de pacote de dados**.

A RNP está apoiando o Ministério da Educação (MEC) na contratação de operadoras de serviço móvel pessoal, que visa disponibilizar internet a estudantes de baixa renda matriculados em universidades federais e nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A primeira chamada teve uma proposta homologada, feita pela empresa Algar, para atender a 26 municípios em Minas Gerais, 01 em Goiás e 01 em Mato Grosso do Sul. A segunda chamada teve quatro propostas de abrangência nacional, estando em fase de avaliação das propostas.

De acordo com o **Termo de Referência para contratação emergencial de pacote de dados móveis**, prevê a contemplação dos estudantes da Universidade Federal de Alagoas que possuem renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo, totalizando **11.284 estudantes**.

Todo o processo de seleção dos discentes e de disponibilização dos chips com o pacote de dados móveis será de responsabilidade da universidade que fizer a adesão ao programa federal.

Mais informações: <https://www.rnp.br/sistema-rnp/fornecedores/chamada-mec>

Dimensão Administrativo

A UFAL vem ocupando os primeiros lugares do Nordeste em termos de execução orçamentária, encontrando-se, atualmente, na 4ª posição dentre as IFES nordestinas. Em geral, as IFES passaram por um período de baixa execução orçamentária durante parte da pandemia, ocasionado, possivelmente, pela redução do quadro administrativo em exercício e pelo realinhamento de práticas gestoriais em face do trabalho remoto.

Sob o ponto de vista da **execução do orçamento, a UFAL já alcança 94,14%**, o que é considerado um bom indicador, sinalizando que, provavelmente, a universidade não devolverá recursos durante a pandemia. Tal indicador parece bastante estratégico, pois sinaliza ao Ministério e aos órgãos de controle a celeridade na gestão dos recursos, bem como a constante necessidade de mais aportes.

O indicador de execução orçamentária não se confunde com o percentual de liquidação. Esse último traduz o quantitativo já processado para pagamento financeiro. Nesse quesito, a UFAL encontra-se também **acima da média nordestina, com percentual de liquidação em 57,6%**. Vale ressaltar serem as liquidações influenciadas pelo trâmite de emissão de Notas Fiscais pelas empresas, ateste pelo respectivo fiscal do contrato e processamento pela contabilidade. Tal fluxo de processos vem sendo otimizado desde o começo da pandemia, mediante a utilização de processos virtuais de liquidação, encurtando o tempo de tramitação quanto a esses procedimentos.

Quanto à **verba captada pela UFAL, especialmente para o combate à Covid-19, importa mencionar estarmos com 100% de execução orçamentária**, estando, portanto, entre as primeiras do Nordeste também nesse quesito. Tal nível de execução deve-se à estratégia orçamentária de execução via Fundepes. Com o apoio da Fundação, a universidade pode delegar a gestão dos projetos de combate à Covid-19, os quais, por sua vez, contam com analistas individualizados, que auxiliam a execução de recurso por cada um dos coordenadores. Desse modo, foi possível conciliar as exigências da agilidade na execução orçamentária com o tempo natural de maturação e consecução dos projetos.